



24 DE NOVEMBRO DE 2015

Terça-feira

- ÍNDICE DE PRODUÇÃO SOBE PARA 44,6 PONTOS EM OUTUBRO, REVELA CNI
- GRUPO VOLKSWAGEN CORTA € 1 BI DE INVESTIMENTOS EM 2016
- BRASIL ASSINA ACORDO DE INVESTIMENTOS COM O CHILE
- GOVERNO PREVÊ RETRAÇÃO DE 1,9% DO PIB E INFLAÇÃO ACIMA DE 6% EM 2016
- FECOMÉRCIO LANÇA MOBILIZAÇÃO CONTRA MUDANÇA NO PIS/COFINS
- BRASIL ORGANIZA NOVA INVESTIDA NA OMC CONTRA BARREIRAS COMERCIAIS
- PEQUENAS EMPRESAS FECHAM 49 MIL VAGAS DE EMPREGO EM OUTUBRO
- VOLVO CARS ANUNCIA PARCERIA COM A MICROSOFT
- VOTORANTIM INDUSTRIAL TEM PREJUÍZO DE R\$81 MI NO 3º TRIMESTRE
- DESEMPREGO FICA EM 8,9% NO 3º TRIMESTRE E ATINGE MAIOR TAXA DA SÉRIE
- GOVERNO ENVIA AO CONGRESSO PREVISÃO DE QUEDA DE 1,9% DO PIB EM 2016
- BRASIL OCUPA 6º LUGAR EM AVALIAÇÃO SOBRE DISPARIDADE SALARIAL ENTRE GÊNEROS
- BRASIL E SUÍÇA TROCARÃO INFORMAÇÕES TRIBUTÁRIAS
- INSS LIBERA SEGUNDA PARCELA DO 13º DOS APOSENTADOS
- KNORR-BREMSE TRAZ SIMULADOR DE DIREÇÃO DE PESADOS AO BRASIL
- VOLKSWAGEN REDUZ CONSUMO DE ENERGIA E GERAÇÃO DE RESÍDUOS EM TAUBATÉ
- FATURAMENTO DAS EMPRESAS MENORES DESPENCA EM SP
- TAXAS DE JUROS CAEM, APÓS ABERTURA EM ALTA, ACOMPANHANDO O COMPORTAMENTO DO DÓLAR
- BRASIL PERDEU 1,237 MILHÃO DE VAGAS FORMAIS ANTE O 3º TRIMESTRE DE

2014, DIZ IBGE

- **MINÉRIO DE FERRO CAI E FICA PERTO DE MÍNIMA HISTÓRICA**
- **S&P CORTA RATING DA SMARCO PARA "BB-" E MANTÉM OBSERVAÇÃO NEGATIVA**
- **MINÉRIO DE FERRO CAI À MÍNIMA DE 10 ANOS NA CHINA COM CRISE NO MERCADO DE AÇO**
- **ELEVAR TARIFA DE IMPORTAÇÃO DE AÇO NÃO É UMA BOA IDEIA**
- **INDÚSTRIA TEME FIM DE SOBRETAXA PARA CHINESES**
- **EXPORTAÇÃO DO UP! PARA O MÉXICO REFORÇA PLANOS DA VOLKSWAGEN**
- **PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO JÁ BENEFICIOU MAIS DE 30 MIL TRABALHADORES**
- **INDÚSTRIA DE BENS DE CAPITAL OPERA NO NÍVEL MAIS BAIXO DESDE 2006**

CÂMBIO		
EM 24/11/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,697	3,697
Euro	3,932	3,934

Fonte: BACEN

Índice de Produção sobe para 44,6 pontos em outubro, revela CNI

24/11/2015 – Fonte: R7

A indústria brasileira teve um crescimento nas atividades. A pesquisa Sondagem Industrial, divulgada nesta segunda-feira, 23, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), mostra que o índice de evolução da produção ficou em 44,6 pontos no mês passado ante 42,0 pontos registrados em setembro. Os indicadores da pesquisa variam no intervalo de 0 a 100, com valores abaixo de 50 indicando evolução negativa.

De acordo com o levantamento, a utilização da capacidade instalada ficou estável em 66% pelo quarto mês consecutivo. A confederação ressalta que o percentual está 7 pontos abaixo do registrado em outubro do ano passado. Segundo a CNI, é a maior diferença nessa comparação desde o início da série mensal, em janeiro de 2011.

A entidade destaca, entretanto, que o processo de ajuste de estoques verificado em setembro foi interrompido. No mês passado, o índice de evolução dos estoques ficou em 50,7 pontos. "O índice de evolução dos estoques aumentou, porém, a distância do índice para a linha divisória de 50 pontos permanece inferior à margem de erro, ou seja, não indica claramente aumento dos estoques", afirma a pesquisa.

Já o índice de estoque efetivo em relação ao planejado variou dentro da margem de erro e manteve-se acima da linha divisória dos 50 pontos e passou de 51,6 pontos para 52 pontos.

Com relação ao emprego, o índice que trata do número de empregados ficou em 42,2 pontos em outubro, contra 41,4 no mês anterior.

Expectativas

O pessimismo predominou no levantamento das expectativas da indústria para os próximos seis meses. A previsão dos empresários ficou negativa com relação à demanda, ao número de empregados e às compras de matérias-primas.

A exceção ficou com a quantidade exportada, que ficou estável e quanto à intenção de investimento, que teve uma ligeira melhora, mas permanece baixa. O índice passou de 40,7 pontos para 40,8.

A expectativa da demanda da indústria caiu de 44,2 para 43,5 pontos. "O índice revela grande preocupação com a demanda interna", avalia. Para as compras de matérias-primas, as perspectivas caíram de 42,8 para 41,4. Com relação ao número de empregados, o índice ficou estável em 40,5.

Grupo Volkswagen corta € 1 bi de investimentos em 2016

24/11/2015 – Fonte: Automotive Business

O Grupo Volkswagen anunciou na semana passada que irá reduzir em € 1 bilhão sua média anual programada de investimentos, de € 13 bilhões para € 12 bilhões em 2016. Segundo a companhia informou em comunicado na sexta-feira, 20, o objetivo é "alinhar as atividades de investimentos da empresa com a situação atual", em que a empresa sofre os impactos negativos causados pelo escândalo de emissões fraudadas de seus motores diesel instalados em 11 milhões de veículos em todo o mundo, com custos em indenizações, multas e recalls ainda não inteiramente calculados.

O grupo assegura que serão mantidos e até aumentados os aportes no desenvolvimento de novos produtos e da nova plataforma para carros elétricos. Os cortes vão mirar principalmente os custos com propriedades, fábricas e equipamentos.

"Estamos operando em tempos incertos e voláteis e estamos respondendo a isso", justificou o CEO Matthias Müller, após participar de uma reunião regular com o conselho de supervisão na sexta-feira na sede do Volkswagen, em Wolfsburg, Alemanha. "Vamos priorizar estritamente todos os gastos e investimentos programados.

Conforme anunciado, tudo que não é absolutamente necessário será cancelado ou adiado", acrescentou Müller em comunicado.

Entre os cortes previstos, foi suspensa a construção de um novo centro de design em Wolfsburg, o que deve trazer economia de € 100 milhões ao orçamento do grupo. Será também revisto o planejamento da nova cabine de pintura para a planta da Volkswagen no México.

Na linha de produtos, foi adiado o desenvolvimento do sucessor do sedã de luxo Phaeton – previsto para ser um modelo 100% elétrico. "Nas próximas semanas vamos revisar ou potencialmente cancelar gastos, ou distribuí-los em uma extensão maior (de tempo), mas sem colocar em risco nossa viabilidade futura", explicou Müller. "Em conjunto com os representantes do conselho de trabalhadores faremos todos os esforços para manter a bordo nossa força de trabalho", acrescentou.

Ao mesmo tempo, o CEO anunciou a intenção de aumentar em aproximadamente € 100

milhões os investimentos previstos em tecnologia de propulsão alternativa em 2016. “Não vamos cometer o erro de economizar com nosso futuro.

Por essa razão estamos planejando elevar os gastos no desenvolvimento da mobilidade elétrica e digitalização”, destacou Müller. O objetivo é acelerar os projetos de sistemas elétricos de propulsão para os carros do grupo que integram as marcas Volkswagen, Audi e Porsche.

A maior parte dos aportes previstos será destinada a novos produtos, evolução das plataformas modulares (como a MQB) e complementação de investimentos em expansão de capacidade já em andamento. Exemplos de projetos que fazem parte desse programa são as novas gerações do VW Golf, Audi Q5 e nova Crafter na Polônia, bem como o desenvolvimento da plataforma modular MEB para veículos elétricos.

Segundo a companhia, cerca de 50% de todos os gastos de capital (capex) serão destinados a 28 localidades pertencentes ao Grupo VW na Alemanha.

De acordo com o comunicado do grupo, os valores anunciados não incluem as joint ventures da companhia na China. Essas empresas, onde a VW é sócia do governo chinês, vão manter o nível de investimentos programados em cerca de € 4,4 bilhões em 2016, que serão financiados por fundos próprios dessas sociedades.

Brasil assina acordo de investimentos com o Chile

24/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O Brasil e o Chile assinaram nesta segunda-feira, em Santiago, um acordo de cooperação e facilitação de investimentos. A assinatura ocorreu durante missão empresarial ao país vizinho, liderada pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro.

Segundo Monteiro, o acordo oferecerá um ambiente institucional mais propício à operação de empresas nos dois países, estabelecendo mecanismos para questões como mitigação de risco, prevenção de controvérsias e melhoria da governança.

O ministro destacou ainda a iniciativa dos países de implantar o Projeto de Certificação de Origem Digital. Segundo ele, isso garantirá rapidez, segurança e economia na emissão do certificado e nas tratativas comerciais.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI), que também participou da organização da missão empresarial, divulgou nota informando que o acordo “atende a um dos principais pleitos dos setores empresariais de Brasil e Chile”. Para a CNI, a assinatura “aumenta a proteção jurídica aos investimentos dos dois lados, dá transparência as informações e melhora o apoio governamental”.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, nos últimos anos o Chile tem figurado como segundo maior parceiro comercial do Brasil na América do Sul e terceiro maior na América Latina.

De acordo com a pasta, de 2004 a 2014 a corrente de comércio entre os dois países passou de US\$ 3,9 bilhões para cerca de R\$ 9 bilhões. Na avaliação do governo, Brasil e Chile têm papel importante no processo de aproximação e integração entre Mercosul e a Aliança do Pacífico.

Além do ministério e da CNI, promovem o encontro entre empresários brasileiros e chilenos os ministérios das Relações Exteriores e do Comércio Exterior do Chile e a Sociedade de Fomento Fabril daquele país. O seminário empresarial reúne 30 empresas dos dois países.

Governo prevê retração de 1,9% do PIB e inflação acima de 6% em 2016

24/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

O governo informou ao Congresso a previsão de um crescimento negativo de 1,9% do PIB em 2016. A nova estimativa oficial sobre o desempenho da economia no próximo ano faz parte do documento encaminhado pelo Ministério do Planejamento à Comissão Mista de Orçamento do Congresso (CMO).

Pelas regras orçamentárias, o governo é obrigado a enviar até esta data a revisão dos parâmetros macroeconômicos que são utilizados na elaboração do Orçamento da União. No documento, a retração da economia em 2015 é de 3,1% do PIB.

A retração da economia em 2016 — já em sintonia com as previsões de mercado — deverá levar a mais uma modificação na proposta orçamentária, já que o Orçamento da União de 2016 foi enviado ao Congresso em 31 de agosto com base num crescimento positivo da economia de 0,2% do PIB. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016, que deve ser votada nesta terça-feira (24) pelo Congresso, há ainda uma previsão otimista, de 0,5% do PIB.

Nos novos parâmetros, a inflação medida pelo IPCA está estimada em 6,47% ao ano, contra 9,99% de 2015. Já o INPC, utilizado para o reajuste do salário mínimo, está em 5,52% ao ano, contra 10,37% em 2015.

O IGP-DI fica em 6% ao ano, contra 10,44% em 2015. A taxa de juros, a Selic, está projetada em 13,99% ao ano. Em 2015, a projeção é de 13,29%. A TJLP fica em 7% em 2016 e em 6,25% em 2015.

Em termos nominais, o PIB de 2016 ficará em R\$ 6,16 trilhões. Em 2015, será de R\$ 4,36 trilhões. O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, assina o documento sobre a "atualização dos parâmetros econômicos utilizados na elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2016". Os dados são estimados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, segundo o ministro.

Fecomércio lança mobilização contra mudança no PIS/Cofins

24/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (Fecomércio-PR) lançou, nesta segunda-feira (23), uma mobilização contra a proposta estudada pelo governo federal de unificar o cálculo das contribuições do PIS e Cofins, criando uma nova contribuição social.

A ação faz parte de uma movimentação nacional de entidades ligadas ao setor de serviços, o mais impactado com a possível mudança, que deve arcar com um aumento da carga tributária estimada em cerca de R\$ 50 bilhões por ano.

Hoje a maior parte das empresas ligadas à prestação de serviços paga uma alíquota de 3,65% de PIS/Cofins, através de um regime chamado 'cumulativo'.

Nele não existem créditos tributários para serem compensados. Ao todo, de 60% a 80% das despesas das companhias de serviços vêm do pagamento de pessoal, operação que não gera crédito, por isso a opção é considerada a ideal para o segmento.

Na proposta do governo, todas as empresas com faturamento acima de R\$ 3,6 milhões deveriam, obrigatoriamente, recolher os impostos por meio do regime 'cumulativo', com alíquota maior, de 9,25%, mas gerador de créditos tributários para compensar a cobrança ao longo da cadeia produtiva.

"A grande armadilha desse projeto é a criada para as prestadoras de serviço. Essas empresas não desejam um regime não cumulativo com alíquota de 9,25%, porque os créditos disponíveis que elas aproveitam são quase nulos", afirmou o advogado tributarista André Mendes Moreira, da Sacha Calmon Consultores e Advogados. Hoje o setor de serviços emprega 41% da mão de obra nacional.

Segundo o presidente da Fecomércio-PR, Darci Piana, a intenção da mobilização é impedir a mudança na cobrança e os impactos maiores para a economia.

"De um modo geral, todos serão afetados. Com certeza vai ocorrer um aumento de 5%, em média, em cima de todos os produtos produzidos no país. Isso vai aumentar a inflação, vai aumentar o endividamento das empresas, vai fechar muita empresa pequena, vai haver demissões. Uma coisa puxando a outra", disse.

Aumento de 40%

Outros segmentos, como a construção civil, transporte e telecomunicações também devem ser diretamente afetados pela mudança. Eduardo Levy, presidente executivo da Federação Brasileira de Telecomunicações (Febratel), estima um aumento de 40% na conta de telefonia fixa, móvel e internet caso a medida seja aprovada. "Esse conjunto de aumentos vai refletir no custo para o consumidor final, prejudicando obviamente os que tem menos", disse.

Com a crise e as dificuldades que muitas empresas estão enfrentando, a tendência é, segundo os especialistas, haver mais demissões. Segundo a Fecomércio-PR, são cerca de 20 milhões de empregos ameaçados. Prometida para "brevemente" pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, a unificação das alíquotas deve ser apresentada como projeto de lei ao Congresso.

Indústria também é contra

Apesar de a indústria já utilizar, em sua maioria, o regime 'não cumulativo', o presidente da Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, também se posicionou contra a mudança na cobrança do PIS/Cofins.

"Tudo o que vem aumentar a carga tributária para o cidadão vai gerar um impacto indireto para os trabalhadores da indústria. Nós também somos clientes do setor de serviços. Então tudo aquilo que nós vamos contratar, que vão na composição dos nossos custos, imediatamente vai ter algum tipo de porcentual de impacto", disse.

Brasil organiza nova investida na OMC contra barreiras comerciais

24/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Alvo de uma ação conjunta da União Europeia (UE) e do Japão na Organização Mundial do Comércio (OMC), por causa dos programas de incentivos a setores da economia, o Brasil decidiu responder aos ataques com ações contra esses países diretamente em Genebra, Suíça, sede da OMC.

Com o apoio financeiro de entidades que representam o setor privado, o governo terá como foco os subsídios e as barreiras não tarifárias às exportações brasileiras, especialmente as fitossanitárias, que afetam produtos do agronegócio.

Um levantamento dessas barreiras deve embasar novas investidas como o pedido de abertura de um painel (comitê de arbitragem) contra restrições ao ingresso de frango na Indonésia, deflagrada em outubro. Segundo uma fonte do setor, estão na mira países europeus, EUA, Japão, China, Coreia do Sul e Argentina.

No Japão, por exemplo, o suco de laranja brasileiro é taxado entre 24% e 25,5%, o maior imposto dentre os países produtores. Nos EUA, entre as barreiras estabelecidas, o Brasil não pode vender ovos.

Há barreiras atribuídas a razões fitossanitárias questionáveis. No caso da Indonésia, nem sequer havia explicação. O ex-secretário de Comércio Exterior Welber Barral, que trabalha em ações contra a Indonésia, observa que as exportações brasileiras ficando mais competitivas pela desvalorização do real e que a tendência é que as barreiras aumentem.

Os últimos painéis abertos na OMC a pedido do Brasil – contra EUA (algodão) e UE (açúcar) – foram favoráveis ao lado brasileiro.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), há dezenas de barreiras desconhecidas. Assim como o governo, a CNI está fazendo um levantamento sobre as barreiras não tarifárias.

O diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi, disse que os países desenvolvidos mantêm um sistema informatizado de barreiras, mas esse monitoramento não existe de forma sistemática e integrada nas economias emergentes. “Deixamos passar oportunidade de acessar mercados”, avalia.

Pequenas empresas fecham 49 mil vagas de emprego em outubro

24/11/2015 – Fonte: G1

As micro e pequenas empresas fecharam 49,7 mil vagas em outubro, segundo o Sebrae com base nas informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho.

Divulgados na sexta-feira (20), os dados apontam que o país perdeu 169 mil vagas formais em outubro, o pior resultado para o mês desde 1992.

O resultado do último mês indica piora no desempenho das pequenas empresas, já que no mesmo mês do ano passado o setor gerou 52,7 mil novos postos de trabalho. Em setembro, os pequenos negócios já haviam cortado 23,4 mil empregos.

A indústria da transformação foi a mais afetada entre as pequenas empresas. O segmento perdeu 19,5 mil vagas em outubro.

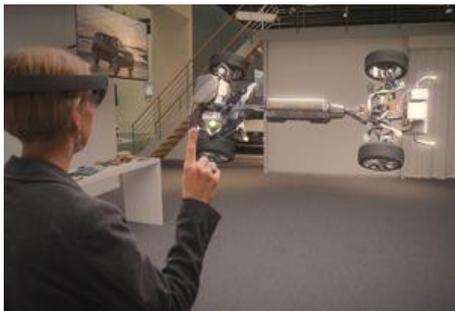
A construção civil teve uma redução de 14 mil empregos e agropecuária perdeu 10,6 mil.

Entretanto, mesmo com tendência de queda no emprego para os próximos meses, o Sebrae aponta que as pequenas empresas abriram 65,8 mil vagas neste ano.

Entre janeiro e outubro, médias e grandes empresas perderam 896,5 mil postos de trabalho.

Volvo Cars anuncia parceria com a Microsoft

24/11/2015 – Fonte: Automotive Business



A Volvo Cars uniu forças com a Microsoft no desenvolvimento da próxima geração de tecnologias automotivas. As empresas firmaram parceria e revelaram a intenção de explorar a aplicação do Microsoft HoloLens, primeiro computador holográfico do mundo, no processo de compra e venda de carros no futuro. A cooperação pretende estudar também tecnologias para carros autônomos e a criação de novos serviços baseados em dados coletados por carros conectados.

A tecnologia HoloLens pode ser usada por consumidores para configurar seus veículos em três dimensões. “Imagine usar uma mistura de realidade com hologramas para escolher o tipo de carro que você quer – explorar as cores ou entender melhor os recursos, serviços e opções disponíveis”, exemplificou Björn Annwall, vice-presidente de marketing e vendas da Volvo Cars.

Segundo ele, a tecnologia também permitirá que as concessionárias inovem em sua forma de atendimento e configuração das lojas. O executivo acredita que, com o sistema, os distribuidores poderão investir em pequenos espaços e em ações promocionais em shoppings, por exemplo.

Dessa forma, a oferta dos automóveis da marca chegaria a um público bem maior do que o que tradicionalmente vai às revendas. Annwall enfatiza que será uma grande transformação no relacionamento com o consumidor.

Votorantim Industrial tem prejuízo de R\$81 mi no 3º trimestre

24/11/2015 – Fonte: CIMM

A Votorantim Industrial, conglomerado que atua em áreas como cimento, metais e mineração, teve prejuízo de 81 milhões de reais no terceiro trimestre, revertendo resultado positivo obtido um ano antes por efeitos cambiais e pela crise da economia brasileira.

A companhia informou que, não fossem os efeitos da desvalorização do real contra o dólar, teria registrado lucro de 544 milhões de reais para o período de julho a setembro. A área de cimento, principal do grupo, teve queda de 11 por cento no lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) ajustado no terceiro trimestre, para 925 milhões de reais.

O segmento de cimentos, que planejava no ano passado fazer uma oferta pública inicial de ações, teve queda de 6 por cento no volume de vendas no período, a 9,494 milhões de toneladas, mas a receita subiu 6 por cento, a 3,8 bilhões de reais, apoiada no desempenho de unidades fora do Brasil.

Já em aço, as vendas subiram 5 por cento, para 483 mil toneladas, com as receitas avançando 10 por cento, a 1,13 bilhão de reais, puxadas pelas operações da empresa na

Colômbia e na Argentina. O Ebitda ajustado da divisão subiu 65 por cento, para 152 milhões de reais.

O grupo investiu um total de 920 milhões de reais no terceiro trimestre, crescimento de 55 por cento sobre o mesmo período do ano passado.

O capital para expansão foi correspondente a 50 por cento do total investido, com a área de cimento ficando com 82 por cento desta parcela. A empresa ampliou em 2 milhões de toneladas a capacidade em Goiás, e aplicou ainda em expansões de capacidade na Bolívia (900 mil toneladas) e no Pará (1,2 milhão de toneladas).

A Votorantim Industrial encerrou setembro com dívida líquida de 21,128 bilhões de reais, alta de 22,6 por cento sobre um ano antes. A relação dívida líquida sobre Ebitda passou no período foi de 2,51 vezes para 3,23 vezes.

Desemprego fica em 8,9% no 3º trimestre e atinge maior taxa da série

24/11/2015 – Fonte: G1



A taxa de desemprego ficou em 8,9% no terceiro trimestre de 2015, segundo dados divulgados nesta terça-feira (24) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Essa foi a maior taxa da série histórica, iniciada em 2012. O índice de julho a setembro ficou acima do trimestre anterior, quando bateu 8,3%, e do terceiro trimestre de 2014, quando atingiu 6,8%.

Os números fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, que substituirá a tradicional Pnad anual e a Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Onde está o desemprego

Entre as regiões brasileiras, a Nordeste mostrou a maior taxa de desemprego, de 10,8%, e a Sul, a menor, de 6% e na comparação entre gênero, as mulheres representavam 51,2% da população desocupada. Essa tendência pode ser observada em quase todas as regiões, menos no Nordeste.

O grupo de brasileiros de 14 a 17 anos de idade respondiam por 8,4% das pessoas desocupadas no país; os jovens de 18 a 24 anos eram 33,1% e os adultos de 25 a 39 anos de idade, de 37%.

No terceiro trimestre, 51,2% das pessoas desocupadas tinham concluído pelo menos o ensino médio e 25,9% não tinham o ensino fundamental. Os desempregados com nível superior completo chegavam a 8,8%.

No geral, a população desocupada cresceu tanto em relação com o trimestre anterior, 7,5%, quanto frente ao mesmo período do ano passado, 33,9%, chegando a 9 milhões de pessoas. De acordo com o IBGE, esse foi o maior crescimento da população desocupada na comparação anual. Já a população ocupada ficou estável e somou 92,1 milhões de pessoas.

Segundo o IBGE, 35,4 milhões de pessoas tinham carteira de trabalho assinada no setor privado, uma queda de 1,4% diante do trimestre anterior e de 3,4% frente ao mesmo período de 2014.

Governo envia ao Congresso previsão de queda de 1,9% do PIB em 2016

24/11/2015 – Fonte: Contábeis.com

Os números do documento, enviado pelo Ministério do Planejamento, trazem a revisão dos parâmetros econômicos que subsidiam a elaboração da proposta orçamentária para 2016.

Em documento enviado na segunda-feira (23) à Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, o governo estimou queda de 1,9% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano que vem. A previsão substitui a proposta anterior de 0,2%, em análise na CMO. Os números do documento, enviado pelo Ministério do Planejamento, trazem a revisão dos parâmetros econômicos que subsidiam a elaboração da proposta orçamentária para 2016.

No documento, o governo também apresentou uma nova previsão para a inflação oficial no ano que vem. Pelo texto, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mudou dos atuais 5,4% previstos no acumulado do ano que vem para 6,47%, o que mostra uma previsão de inflação mais alta do que a consta na proposta orçamentária encaminhada ao Congresso.

O governo também está projetando uma queda da atividade industrial de 2,7% em 2016. Anteriormente, a projeção era um crescimento de 0,36%. Em relação às previsões para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) que era 5,2% a previsão agora aumentou para 5,52%. Esse índice é usado para os reajustes do salário mínimo.

As novas projeções encaminhadas ao Congresso serão agora analisadas pelos relatores da receita e da despesa da proposta orçamentária para 2016, na CMO, senador Acir Gurgacz (PDT-RO) e deputado Ricardo Barros (PP-PR), respectivamente.

Brasil ocupa 6º lugar em avaliação sobre disparidade salarial entre gêneros

24/11/2015 – Fonte: R7



O Brasil tem uma das maiores diferenças entre salários de homens e mulheres com o mesmo nível de formação analisadas no relatório Education at a Glance 2015: Panorama da Educação, lançado mundialmente nesta terça-feira (24).

A renda média de uma mulher com educação superior no País representa cerca de 62% da renda média de um homem com o mesmo nível de escolaridade. Com o resultado, o Brasil aparece em sexto lugar na avaliação dessa disparidade, dentre os países que disponibilizaram dados.

O Education at a Glance 2015: Panorama da Educação é a principal fonte de informações comparáveis sobre a educação ao redor do mundo. A publicação oferece dados sobre a estrutura, o financiamento e o desempenho de sistemas educacionais de 46 países: 34

deles são membros da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), alguns países parceiros, além dos membros do G20 (Grupo dos 20).

A publicação mostra que, no Brasil, 72% de homens com ensino superior ganham mais que duas vezes a média da renda nacional. Entre as mulheres isso ocorre com 51% das que têm ensino superior.

"A desigualdade de renda entre gêneros é igualmente grande entre homens e mulheres cujo nível mais alto de escolaridade é o ensino médio regular ou a educação profissional", acrescenta o texto.

Uma tabela referente a pessoas com idades entre 35 e 44 anos com educação terciária, que inclui tanto formação acadêmica quanto educação técnica de nível médio, mostra o Brasil com a sexta maior diferença nas remunerações. O salário das mulheres representa cerca de 65% do dos homens com a mesma formação e faixa etária.

A disparidade salarial é ainda maior na Coreia, Eslováquia, Estônia, em Israel e também na Hungria, onde as mulheres ganham pouco menos de 60% do salário dos homens. No ranking, quanto maior a disparidade, mais alta a colocação.

Já o país com a menor diferença salarial entre os gêneros é a Bélgica, onde os salários das mulheres representam cerca de 87% do dos homens com a mesma formação.

No Brasil, as mulheres também são maioria entre os que não estudam nem trabalham, grupo conhecido como nem-nem. Em 2014, 27,9% das mulheres de 15 a 29 anos estavam nessa situação, enquanto 12,7% dos homens estavam no grupo. As médias da OCDE são respectivamente 17,9% e 13,2%.

A OCDE é uma organização internacional composta por economias com elevados PIB per capita e Índice de Desenvolvimento Humano e são considerados países desenvolvidos.

Os representantes do grupo promovem o intercâmbio de informações e alinham políticas, com o objetivo de potencializar seu crescimento econômico e colaborar com o desenvolvimento de todos os demais países membros.

Brasil e Suíça trocam informações tributárias

24/11/2015 – Fonte: Contábeis.com

O Secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid, e o embaixador Christoph Schelling, do Departamento Federal de Finanças da Suíça, assinaram acordo entre o Brasil e a Suíça para o intercâmbio de informações sobre matéria tributária.

Hoje, 23 de novembro, em Brasília, o Secretário da Receita Federal do Brasil, Jorge Rachid, e o embaixador Christoph Schelling, do Departamento Federal de Finanças da Suíça, assinaram acordo entre o Brasil e a Suíça para o intercâmbio de informações sobre matéria tributária.

Poderão ser trocadas informações relativas aos tributos administrados pela Receita Federal e àqueles existentes na Suíça nos três níveis de governo (federal, cantonal e comunal), no interesse da administração e para cumprimento das respectivas leis internas referentes aos tributos abrangidos.

A formulação de um pedido de informações deve obedecer a regras estritas, com fundamentos sólidos. O sigilo fiscal está protegido por regras em linha com os acordos da mesma espécie. "É um importante passo para a administração tributária brasileira", disse Rachid.

De modo geral, o acordo vai valer para as obrigações tributárias incorridas a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua entrada em vigor.

O Brasil já assinou acordos semelhantes com Bermudas, Guernsey, Ilhas Cayman, Jamaica, Jersey, Reino Unido, Uruguai e EUA.

INSS libera segunda parcela do 13º dos aposentados

24/11/2015 – Fonte: R7

O INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) começa nesta terça, dia 24, o pagamento da segunda parcela do 13º benefício para cerca de 28 milhões de aposentados e pensionistas no Brasil. Esta parcela corresponde a metade do valor do benefício, incluindo o desconto do Imposto de Renda para quem recebe acima de R\$ 1.903,99.

O calendário de pagamento é feito de acordo com o final do número do benefício. Entre os dias 24 e 30 de dezembro, recebem os segurados com cartão de final 1 a 5 e que recebem um salário mínimo do INSS. De 1º a 7 de dezembro, serão pagas as aposentadorias e pensões de quem recebem acima de R\$ 788.

Os trabalhadores que estão afastados do serviço e recebem o auxílio-doença do INSS também têm direito ao 13º. O valor é proporcional ao período de recebimento do benefício.

A segunda parcela do 13º benefício dos aposentados deve injetar cerca de R\$ 15,8 bilhões na economia. No site do INSS ou pelo telefone 135 é possível conferir o valor que será creditado.

Os servidores públicos federais irão receber a segunda parcela do abono de Natal no dia 1º de dezembro, junto com o pagamento referente ao mês de novembro.

Knorr-Bremse traz simulador de direção de pesados ao Brasil

24/11/2015 – Fonte: Automotive Business



O Grupo Knorr-Bremse por meio de sua marca Sydac traz para o Brasil a linha de simuladores de direção de caminhão e ônibus que tem alto nível de configuração, permitindo escolher desde o modelo do veículo até o tipo do programa de imagem.

O simulador, semelhante a uma cabine, permite aos aspirantes ou motoristas em processo de reciclagem experimentar diferentes rotas com características geográficas específicas, incluindo sentido, velocidade e outras variáveis de percurso.

Para o gerente de aftermarket da Knorr-Bremse no Brasil e América Latina, Jefferson Germano, o simulador pode representar economia de combustível ao frotista. "Hoje, o treinamento de condutores da frota é constante.

Quando o funcionário ingressa na empresa, essa capacitação tem que ser feita nas ruas. Além da economia com combustível e reparação dos veículos, a linha de simuladores de

direção ajuda a disciplinar o condutor que tem um treinamento devido e certificado.” Os dados do treinamento são todos armazenados no equipamento, desde o histórico da transmissão (troca de marchas) até o número de vezes que o motorista descansa a embreagem.

“Com essa tecnologia, o frotista pode ter um maior conhecimento sobre o modo como os seus veículos são conduzidos em percursos específicos. A linha de simuladores ajuda a disciplinar o condutor, que tem um treinamento devido e certificado”.

Segundo o diretor geral da Sydac na Austrália, Dermot Dixon, além de medidas governamentais que exigem a obrigatoriedade do uso de simuladores para a concessão de licenças para dirigir, o fator custo, especialmente com combustível e seguro, pode elevar o número de frotistas interessados em simuladores.

“A redução desses gastos são metas importantes aos frotistas que operam num mercado competitivo. A adoção de simuladores para fins de formação e reciclagem de condutores não apenas traz melhorias comprovadas de eficiência de combustível (entre 5% a 10%), como também das taxas de acidentes.”

“Adicionalmente, são registradas melhorias na retenção de atuais motoristas e de profissionais recrutados para substituições daqueles que se aposentam. Por isso, manter um quadro de condutores qualificados é fundamental para que o frotista atenda à crescente demanda dos serviços logísticos”, enfatiza Dixon.

De acordo com a empresa, o valor do equipamento considera os parâmetros de configurações requeridas pelo cliente, especialmente quanto aos tipos de movimentações, cabines e programações de rotas. O valor inicial do produto não foi divulgado.

Volkswagen reduz consumo de energia e geração de resíduos em Taubaté

24/11/2015 – Fonte: Automotive Business

A Volkswagen destaca ter alcançado economia importante com nova solução implementada na cabine de pintura da fábrica de Taubaté, no interior de São Paulo. Foi instalado ali novo processo de limpeza do ar que absorve o resíduo de tinta por meio de um filtro de fibra de vidro, dispensando o uso de água ou energia eletroestática.

Dessa maneira, as partículas de tinta que não aderem à carroceria ficam retidas nestas mantas e são enviadas ao descarte adequado.

A novidade permitiu economia de R\$ 6,5 milhões à fábrica da Volkswagen em Taubaté em um ano. Segundo a companhia, a inovação gerou uma patente no Instituto Brasileiro de Propriedade Industrial (INPI) por reduzir em 73% o impacto ambiental da área em que está instalada e em 40% a geração de resíduos do processo.

O sistema foi desenvolvido por especialistas da área de manutenção e operação da área de pintura da fábrica. São necessários 22 filtros em três camadas de mantas por linha de produção. A manutenção é feita uma vez por dia, aproveitando o momento de limpeza das cabines.

“A tecnologia desenvolvida pelos nossos profissionais está se tornando referência para outras unidades do Grupo Volkswagen, uma vez que o novo conceito está em estudo para ser implantado nas cabines de pintura de outras fábricas no exterior”, apontou o diretor da fábrica de Taubaté, Marcos Aparecido Ruza.

Faturamento das empresas menores despensa em SP

24/11/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

A receita das micro e pequenas empresas paulistas diminuiu R\$ 11,5 bilhões e foi de R\$ 48,1 bilhões em 12 meses - entre setembro do ano passado e o mesmo mês deste ano. O índice é apontado pelo levantamento mensal feito pelo Sebrae-SP.

Com isso, a queda no faturamento real - já descontada a inflação - chegou a 19,2%. Trata-se do maior porcentual de baixa para um mês de setembro em relação a igual período do ano anterior desde o início da pesquisa mensal, realizada há 17 anos.

No caso dos Microempreendedores Individuais (MEIs), o faturamento real apresentou queda de 21,5%, se considerado setembro deste ano em relação ao mesmo mês de 2014. A receita total foi de R\$ 2,3 bilhões, ou R\$ 639,5 milhões a menos.

Taxas de juros caem, após abertura em alta, acompanhando o comportamento do dólar

24/11/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

As taxas no mercado de juros futuros estão em queda na manhã desta terça-feira, 24. O movimento acompanha de perto a variação do dólar ante o real. Logo no início da sessão, quando a moeda americana subia, as taxas também avançavam. Em parte, a alta decorria da cautela de investidores decorrente da prisão do empresário José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na 21ª fase da Operação Lava Jato.

Além disso, operadores informaram que o avanço dos juros no início da sessão representava ajustes para cima depois de quedas recentes. Às 9h45, o DI para janeiro de 2017 tinha taxa de 15,07%, vindo de 15,12% na abertura e ante 15,07% no ajuste da segunda-feira, 23.

E o DI para janeiro de 2021 estava em 15,18%, ante 15,28% na abertura e 15,21% no ajuste da véspera.

No exterior, a aversão ao risco aumenta, e os preços do petróleo avançam após a notícia sobre a derrubada de um avião na Turquia. Militares turcos derrubaram nesta terça-feira um jato de combate perto da fronteira com a Síria, após o avião ter violado o espaço aéreo turco e ignorado vários alertas para retornar, segundo uma autoridade do governo turco. De acordo com o governo de Moscou, a aeronave era russa.

Brasil perdeu 1,237 milhão de vagas formais ante o 3º trimestre de 2014, diz IBGE

24/11/2015 – Fonte: R7

O País perdeu 1,237 milhões de postos de trabalho com carteira assinada no setor privado no terceiro trimestre do ano, em relação ao mesmo período do ano anterior. A queda foi de 3,4%, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados na manhã desta terça-feira, 24, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação ao segundo trimestre, o recuo nas vagas formais foi de 1,4%, 494 mil postos com carteira a menos. "As pessoas estão perdendo carteira de trabalho e se inserindo no mercado por conta própria, ou até abrindo um pequeno negócio", apontou Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE.

O total de trabalhadores por conta própria aumentou 3,5% ante o terceiro trimestre de 2014, 760 mil pessoas a mais nessa condição, enquanto os empregadores cresceram 7,9%, aumento de 297 mil. "Isso pode ser pequenos negócios abertos, com duas ou três pessoas empregadas", observou Azeredo.

O emprego sem carteira no setor privado diminuiu 0,8% no terceiro trimestre em relação ao mesmo período do ano passado, 81 mil pessoas a menos no período de um ano.

Dois dígitos

A taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua deve atingir dois dígitos em 2016, avaliou nesta terça o economista sênior da Haitong, Flávio Serrano.

"Os dados da Pnad confirmam a deterioração do mercado de trabalho, que é reflexo da desaceleração intensa da economia. E é bem provável que esse processo de correção se intensifique até pelo menos meados do ano que vem, já que ainda não vemos sinais de acomodação da atividade", afirmou. "No entanto, como os efeitos do mercado de trabalho são defasados, não podemos imaginar até quando vai haver essa piora".

O IBGE informou que o desemprego medido pela Pnad Contínua atingiu 8,9% no terceiro trimestre de 2015. Em igual período do ano passado, a taxa de desemprego era de 6,8%. Serrano, por sua vez, trabalhava com uma taxa de 8,8% nos três meses encerrados em setembro.

"Esperávamos essa piora no mercado de trabalho por causa do ajuste econômico. Isso é ruim em termos de conjuntura, mas deve ter reflexos positivos em um novo ciclo de crescimento econômico guiado pelo investimento", disse.

Minério de ferro cai e fica perto de mínima histórica

24/11/2015 – Fonte: Época Negócios



O preço do minério de ferro no mercado à vista da China recuou 1,78% nesta segunda-feira (23), ficando a poucos centavos de uma mínima histórica, em meio à fraca demanda no mercado de aço e crédito mais apertado no maior importador global.

O minério com entrega imediata no porto chinês de Tianjin fechou cotado a US\$ 44,20 a tonelada.

É a cotação mais baixa desde o início de julho, quando a matéria-prima do aço tocou US\$ 44,10, menor nível já registrado pelo The Steel Index, em série histórica iniciada em 2008.

A produção de aço da China caiu 2,2% no acumulado do ano até outubro, enquanto o consumo recuou quase 6 por cento devido a uma desaceleração da economia.

Com isso, os futuros de aço em Xangai caíram mais de 3% nesta segunda-feira, devido à fraca demanda e ao aperto do crédito.

A baixa rentabilidade causou uma queda da taxa de utilização de siderúrgicas chinesas e isso vai "agravar o excesso de oferta de minério de ferro", disse Helen Lau, analista da Argonaut Securities, em Hong Kong.

Os estoques de minério de ferro nos portos da China eram de 86,1 milhões de toneladas na sexta-feira, uma queda de 450 mil toneladas ante a semana anterior, quando os estoques atingiram o maior nível desde maio, de acordo com dados monitorados pela consultoria do setor SteelHome.

S&P corta rating da Samarco para "BB-" e mantém observação negativa

24/11/2015 – Fonte: Reuters

A agência de classificação de risco Standard and Poors rebaixou em dois degraus nesta segunda-feira os ratings da Samarco Mineração, joint venture da brasileira Vale e da anglo-australiana BHP Billiton, devido a incertezas causadas pelo rompimento da barragem em Mariana, Minas Gerais.

O rating em escala global foi cortado para "BB-" ante "BB+", enquanto a nota em escala nacional foi rebaixada para "brA-" de "brAA+". A agência manteve a observação negativa dos ratings para possível novo rebaixamento.

"Estas ações refletem dificuldades da Samarco para recuperar suas operações, possíveis multas e fluxos de caixa fracos que estão minando as finanças da empresa, aumentando os passivos e enfraquecendo a liquidez", disse a S&P.

No início do mês, a barragem de rejeitos de Fundão, da unidade de Germano, se rompeu causando mortes e o maior desastre ambiental do país. Desde então, a unidade de produção de pelotas de minério da Samarco está paralisada.

Minério de ferro cai à mínima de 10 anos na China com crise no mercado de aço

24/11/2015 – Fonte: R7

O minério de ferro no mercado à vista da China caiu nesta terça-feira para uma mínima de dez anos pressionado pela desaceleração da demanda industrial no país e por um grande excedente de oferta.

O minério com entrega imediata no porto de Tianjin recuou 1,8 por cento, para 43,40 dólares por tonelada, menor cotação desde que o The Steel Index começou a compilar os dados no fim de 2008.

Tomando-se como base o sistema de precificação anual que vigorava antes do sistema de preços à vista, 43,40 dólares é o menor valor desde 2005, segundo dados compilados pelo Goldman Sachs.

Os preços do minério de ferro acumulam perda de quase 40 por cento este ano, levando mineradoras, grandes e pequenas, a uma corrida para cortar custos de produção.

Uma perspectiva ruim para a demanda por aço na China - que já tem queda de 6 por cento de janeiro a outubro-- tem forçado o fechamento de muitas siderúrgicas no país. "Os fechamentos de usinas de aço na China estão afetando a demanda por minério de ferro (ao mesmo tempo que) mineradoras de baixo custo estão gradualmente elevando a produção", disse o diretor de pesquisas em commodities da Julius Baer, Norbert Rucker.

Segundo ele, o dólar forte tem ajudado a pressionar os preços ao reduzir relativamente os custos de produção para as mineradoras, protegendo seus lucros e evitando desaceleração da produção.

Elevar tarifa de importação de aço não é uma boa ideia

24/11/2015 – Fonte: Valor Econômico

Momentos de crise são propícios a ideias ruins, o governo já foi autor de várias delas e agora flerta com mais uma - aumento das alíquotas de importação de aço. A "recomendação" veio da presidente Dilma Rousseff e os ministros estudam medidas para enfrentar um problema difuso, de várias causas, onde a importação é um componente, e talvez não o mais importante, das dificuldades das empresas siderúrgicas.

Os motivos são os fechamentos de unidades de Usiminas e CSN, os balanços ruins das companhias do setor, que desaguam na demissão de metalúrgicos. Para preservar empregos de metalúrgicos, a presidente, no primeiro mandato, passou anos desonerando a venda de carros via IPI. O alvo aparente agora é o aço da China, que soma 52% das compras externas de produtos siderúrgicos pelo Brasil.

A alíquota de importação, de 8 a 14%, poderá subir para 15% a 20% ("Folha de S. Paulo", 18 de novembro). O argumento principal para justificar a proteção é o excesso de produção mundial, 700 milhões de toneladas à procura de compradores a preços cadentes e, em vários casos, abaixo dos custos de produção. Os maiores excedentes estão com o maior produtor, a China.

Há, assim, duas situações distintas. O excesso de produção de aço é global, ocorre também no mercado doméstico e não há forma de combatê-lo sem diminuir o ritmo de produção. É o que todas as siderúrgicas no mundo estão fazendo e não haveria porque ser diferente para CSN, Usiminas, Gerdau ou Arcelor Mittal.

Questão muito diferente, que pede outra solução, é a do rebaixamento artificial de preços, um caso de concorrência desleal que deve ser combatido por medidas específicas e claramente direcionadas aos produtos sujeito a dumping. Pune-se o mau concorrente, e não todos os concorrentes, como ocorre no caso do aumento das alíquotas de importação, que tem ainda o péssimo efeito de encarecer a produção doméstica de todos os usuários de aço.

As agruras das siderúrgicas nacionais não diferem muito, em geral, das demais indústrias nacionais. A economia está imersa em uma recessão brutal e, pior, que tende a ser prolongada. Com inflação em alta, ajuste de preços administrados e forte desvalorização do dólar, os custos de produção estão pressionados em um momento em que a demanda aponta sistematicamente para baixo. Depois de anos de expansão e bons lucros, as siderúrgicas vivem um período de baixa em que os fatores domésticos têm um peso preponderante.

Em uma indústria competitiva e exportadora, como a siderúrgica brasileira, a valorização do dólar, de mais de 30% no ano, ajudou a melhorar a competitividade externa e a diminuir o poder de seus competidores via importações, agora mais caras. Os preços externos despencaram, mas parte disso foi compensado pela megadesvalorização do real.

Desconfia-se que, como um vilão geral, as importações não se prestem a esse papel. Elas declinaram 14,8% (em quantidade) no ano até outubro, mais ou menos em linha com o recuo das vendas domésticas, de 15,2%. No caso de aços longos, planos e transformados, a queda de importados foi acima da média.

Isto significa que, como um todo, as importações não estão agora ganhando mais espaço dos produtores domésticos do que já tinham em anos anteriores, quando a siderurgia local contava com a atual proteção tarifária e tinha bons lucros. Ou seja, a elevação das tarifas de importação para proteger todo um setor da economia não parece se justificar e pode trazer mais problemas para o resto da economia, embora inegavelmente melhore a

vida das grandes siderúrgicas nacionais e facilite seus reajustes de preços, com a eliminação da concorrência externa.

Além disso, não é só a China que exporta aço para cá. Das importações, 27,7% são provenientes de países da União Europeia e outros 11,6% de outros países asiáticos. Japão e UE já armaram contencioso contra o Brasil na Organização Mundial de Comércio por causa do Inovar Auto (outra medida protecionista) e mais parceiros comerciais podem considerar injustificável a proteção.

Se o problema é a China e seus preços, que se apliquem outros instrumentos de defesa comercial, como vêm fazendo no caso do aço os EUA com processos antidumping. Como ainda não é rápido e eficiente nisso, é grande a tentação de recorrer às tarifas, que só ratificarão a quase liderança do país entre as economias mais fechadas do mundo.

Indústria teme fim de sobretaxa para chineses

24/11/2015 – Fonte: Valor Econômico

Sandra Papaiz lembra-se bem da primeira iniciativa da Papaiz, ao lado de outros produtores de cadeados, para buscar o direito antidumping. Era a década de 90, quando o segmento começava a enfrentar a disputa com os concorrentes chineses que invadiram o país na abertura comercial promovida pelo então presidente Fernando Collor de Melo.

O primeiro direito antidumping definitivo contra cadeados chineses foi concedido em 1995. Nos 20 anos que se passaram desde então a sobretaxa passou por revisões, mas foi mantida e estendida às importações originadas da Malásia. Atualmente a sobretaxa é de US\$ 3,56, cobrados sobre cada cadeado chinês ou malaio importado e vale até novembro de 2018.

Da última vez que o direito foi renovado, em novembro de 2013, o preço do cadeado fixado pela China e pela Malásia equivalia a apenas 48% do preço praticado nas importações procedentes de outros países.

Os cadeados são apenas um dos cerca de 50 tipos de produtos fabricados pelos chineses e sobretaxados no Brasil por causa de dumping - prática de comércio em que a mercadoria é vendida abaixo do preço de mercado, causando dano aos concorrentes.

O direito antidumping é aplicado também em produtos como tubos de aço, vidros, calçados e insumos têxteis. São essas sobretaxas que correm risco de ser questionadas, se a China for considerada economia de mercado a partir do ano que vem.

Caso isso aconteça, os critérios para estabelecer o preço de mercado numa investigação antidumping passam a levar em consideração os preços do mercado doméstico chinês. Hoje, como a China não é economia de mercado, usa-se como referência o preço praticado na exportação por terceiros países.

Mesmo com o atual câmbio desfavorável à importação, Sandra, que é presidente do conselho do grupo Papaiz, diz que a China não pode ser reconhecida como economia de mercado e que lutará para que a sobretaxa seja mantida. A "luta" promete se estender ao longo do ano que vem.

Com mais de um ano de prazo à frente, Pequim já mostrou sua ofensiva. Recentemente, o vice-ministro de Comércio da China, Wang Shouwen, deixou claro que, se não reconhecer seu país como economia de mercado até dezembro de 2016, o Brasil será acionado no Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Em 2004, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao receber o dirigente máximo chinês Hu Jintao, declarou que reconheceria a China como economia de mercado. O compromisso não foi cumprido.

"O Lula disse isso, mas a China não é uma economia de mercado. Lá o custo da matéria-prima é subsidiado, enquanto eu pago o preço cheio da LME", diz Sandra, referindo-se à London Metal Exchange, bolsa de metais que dita a evolução de preço dos insumos no mercado internacional.

"Não há a menor condição de se mudar o critério adotado para a concessão do direito antidumping", diz Thomaz Zanotto, diretor de relações internacionais e de comércio exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Ele usa os preços do aço comum como exemplo.

O aço, diz, é comercializado no mercado doméstico chinês a US\$ 270 a tonelada. "O preço mínimo para cobrir custos de produção é US\$ 350. Ou seja, eles estão com o preço US\$ 80 abaixo do mínimo."

A discussão atual tem origem em 2001, quando a China entrou na OMC. Naquela época, países como EUA e Japão, além da União Europeia, se recusaram a reconhecer a China como economia de mercado.

Pequim então se submeteu a uma cláusula de adesão, com duração de 15 anos, pela qual os parceiros podiam usar metodologias mais flexíveis para calcular dumping contra produtos chineses. O prazo acaba em 11 de dezembro de 2016.

O reconhecimento da China não é automático ao fim do prazo e precisa passar por análise dos governos dos diversos países, explica Rabih Nasser, professor de Direito GV, especializado na área internacional.

Um eventual reconhecimento, diz o professor, afetaria não só os novos processos antidumping, a partir de dezembro de 2016, como os já em curso. "Nesses processos, o fornecedor chinês, ou os importadores, poderia entrar com pedido de revisão dos direitos concedidos. É algo controverso, mas que pode ser enfrentado."

Welber Barral, ex-secretário de Comércio Exterior e sócio da Barral M Jorge Consultores, conta que, historicamente, o direito antidumping afeta entre 1% e 2% das importações totais e cerca de 4% a 5% das importações de manufaturados.

No Brasil, a China é o principal alvo. Pequim responde por 46 dos 130 direitos antidumping em vigor, seguida pelos EUA, com 7 casos, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento.

Embora pareçam poucos, os casos de investigação antidumping são extremamente representativos para os segmentos afetados, diz Barral. Na Papaiz, diz Sandra, os cadeados, que contam com sobretaxa contra os produtos chineses, representam 60% do faturamento da empresa.

No setor de calçados, que tem direito antidumping definitivo contra a China desde 2010, o reconhecimento de Pequim como economia de mercado também é visto com preocupação.

Os produtos chineses sobretaxados correspondem a cerca de 75% dos tipos de calçados produzidos pela indústria doméstica, estima Heitor Klein, presidente da Abicalçados, que reúne as empresas do setor.

Atualmente, diz Klein, o direito concedido está em revisão para renovação -o prazo de vigência da sobretaxa terminou em março. Enquanto isso, a cobrança de US\$ 13,85 sobre

o par de calçados chineses se mantém. Ele conta que, segundo a Secex, há fortes indícios de continuidade da prática de dumping pelos chineses.

Exportação do up! para o México reforça planos da Volkswagen

24/11/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

O compacto up!, da Volkswagen, começa a chegar ao México nos próximos dias e deve reforçar as exportações da marca neste ano. De janeiro a outubro, a empresa exportou 95 mil carros para diversos mercados, ante 92,2 mil em todo o ano de 2014. No comparativo de igual período, o crescimento foi de 23%.

A indústria automobilística como um todo contabiliza, até outubro, alta de 17% nas vendas externas, com 333 mil veículos. A Volkswagen é a maior exportadora do setor, mas está longe dos números registrados em 2010, quando exportou 392,5 mil automóveis, mais de 20% de sua produção na época.

"O real desvalorizado contribui para o aumento das exportações mas não é o único fator e nem o mais relevante em nosso caso", diz o vice-presidente de Vendas e Marketing da Volkswagen do Brasil, Jorge Portugal. Ele destaca que os países da América Latina também sofrem com a desvalorização das suas moedas.

Segundo ele, a empresa reforçou sua estratégia de exportação e incrementou o portfólio com novos produtos, como o up!, que também é exportado para Argentina e Uruguai.

Portugal ressalta que, apesar de o up! ser o modelo que mais cresce porcentualmente, em número de unidades o Gol ainda é o carro mais exportado da marca.

Estratégia

Só para a Argentina, principal mercado da Volkswagen, dos 53.728 veículos exportados este ano, 43,3 mil são Gol. A marca também exporta modelos Voyage, Saveiro, Fox e CrossFox.

"A exportação é uma estratégia que atesta a qualidade mundial dos veículos produzidos no Brasil e torna a marca ainda mais competitiva", diz, em nota, o presidente da Volkswagen do Brasil, David Powels.

"Investir nas exportações é investir no equilíbrio e sustentabilidade econômica a longo prazo, mesmo quando há grandes desafios no mercado interno", diz ele, referindo-se à crise que afeta o setor automotivo brasileiro.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento, a Volkswagen exportou, em valores, US\$ 1,081 bilhão até outubro, 17% a mais que em igual intervalo de 2014. Já as montadoras como um todo registraram queda de 10,5%, para US\$ 8,8 bilhões, de acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

O up!, fabricado em Taubaté (SP) teve até agora 20 mil unidades exportadas desde seu lançamento, em fevereiro de 2014, para Argentina e Uruguai. O México recebe o primeiro lote de 1.176 unidades nesta semana.

No mercado brasileiro, o modelo vendeu 45.230 unidades de janeiro a outubro, uma queda de 5,6% na comparação com 2014.

Programa de Proteção ao Emprego já beneficiou mais de 30 mil trabalhadores

24/11/2015 – Fonte: ABR



Na última quinta-feira (19), a presidente Dilma Rousseff sancionou, em definitivo, o PPE – Programa de Proteção ao Emprego.

Na cerimônia de assinatura, ela agradeceu a agilidade do Congresso Nacional na tramitação da Medida Provisória nº 680/2015, editada em 6 de julho com o objetivo de criar o programa, e destacou os resultados alcançados nos quatro primeiros meses de funcionamento.

Para a presidente, os resultados demonstram o acerto da decisão em lançar o programa por meio de Medida Provisória. “Hoje, já temos aprovadas 33 adesões ao PPE, beneficiando mais de 30 mil trabalhadores, cujo emprego foi preservado graças ao programa”, destacou. Outras 42 solicitações estão em análise envolvendo o emprego de 12.264 trabalhadores.

Miguel Rossetto, ministro do Trabalho e Previdência Social (MTPS), afirmou, na ocasião, que há uma confiança crescente na operação e nos benefícios do PPE e que o sucesso do programa se deve também à agilidade com que as solicitações de adesão estão sendo tramitadas no MTPS. “Estamos levando, em média, 10 dias para se posicionar sobre os processos”, relatou.

Para Rafael Marques, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, além de rápido, o MTPS tem sido rigoroso na concessão dos Termos de Adesão ao PPE. “Em momentos de crise, contar com um programa como esse é muito importante para os trabalhadores”, disse.

Já Luiz Moan, presidente da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), ressaltou que o PPE é um instrumento a ser aplicado pelas empresas que acreditam que o país tem condições de retomar o crescimento com brevidade.

“Precisamos manter a mão de obra qualificada porque, na hora que houver a retomada do crescimento, estaremos preparados”, afirmou.

Além dele, os presidentes da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Vagner Freitas, e da Nova Central Sindical, José Calixto, participaram da cerimônia, entre outras lideranças sindicais.

Através do PPE, as empresas podem reduzir a jornada de trabalho e os salários dos empregados em tempos de crise ou de queda expressiva de produção. A adesão ao programa pode ser feita até 31 de dezembro de 2016, e a vigência vai até dezembro de 2017.

Indústria de bens de capital opera no nível mais baixo desde 2006

24/11/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo

A produção nas fábricas de máquinas e equipamentos, que funciona como termômetro da disposição das empresas em geral de investir, caiu 23,6% neste ano em comparação a 2014, num sinal de que a economia ainda vai demorar a reagir

A indústria de bens de capital está operando no nível mais baixo desde 2006. Entre janeiro e setembro, o nível da produção apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ficou em 79,2, uma queda de 23,6% na comparação com o mesmo período do ano passado.

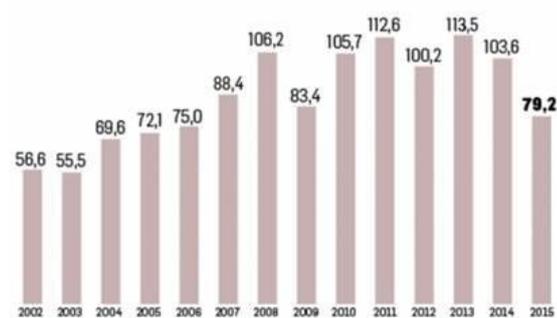
O setor é considerado o coração da indústria e um termômetro de como está o investimento do País. No melhor momento, o nível de produção chegou a 113,5 nos nove primeiros meses de 2013 (ver quadro).

CRISE SEM FIM

● Nível da indústria de bens de capital recuou quase 10 anos

As médias de cada ano

EM NÚMERO ÍNDICE - ENTRE JANEIRO E SETEMBRO



FONTE: IBGE, ELABORADO PELA TENDÊNCIAS CONSULTORIA INTEGRADA INFOGRÁFICO/ESTADÃO

A forte redução na atividade de bens de capital pode ser explicada pela piora do quadro da economia brasileira – a recessão deste ano deverá ser a mais intensa desde 1990 – e, em especial, pela forte queda da confiança das empresas e das famílias, o que adia a realização dos investimentos e a demanda por máquinas e equipamentos.

“A deterioração da atividade econômica ocorre como um todo. Setores demandantes (de bens de capital) como a indústria geral e a construção estão tendo resultados muito ruins”, afirma Felipe Beraldi, analista de bens de capital da Tendências Consultoria Integrada.

Outros números do setor também dão a dimensão da crise. Em setembro, a queda na carteira de pedidos foi de 24,6% na comparação com o mesmo mês do ano passado, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

“A expectativa para este ano é péssima. O setor deve ter uma queda de 15% na produção comparada com o ano passado”, afirma Carlos Pastoriza, presidente da Abimaq.

Crise sem fim. Para as empresas, a crise parece interminável. Na Omel Bombas e Compressores, 40 trabalhadores já foram demitidos este ano. Hoje, a empresa tem 140 funcionários.

“Este ano e 2016 vão ser extremamente difíceis. Estamos vivendo praticamente o dia a dia. Não conseguimos fazer caixa nem podemos fazer planos de investimento de longo prazo”, diz Conrado Vallo, um dos sócios da empresa.



A falta de perspectiva dos empresários fica evidente pelo baixo nível de utilização da capacidade instalada. Os dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI) mostram que o percentual de utilização médio do setor de máquinas e equipamentos foi de 58% em outubro – o patamar mais baixo da série histórica iniciada em 2011.

“Como o empresário vai investir sabendo que a sua empresa tem excesso de capacidade para produzir ou o maquinário que ele tem dá e sobra para abastecer o mercado?”, pergunta Julio Gomes de Almeida, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.